

Aprovado o pagamento em dobro para as horas extras

Da Sucursal de Brasília



O que foi aprovado ontem

Capítulo II
Dos Direitos Sociais
Artigo 6º

- XIV - serviço extraordinário com remuneração em dobro;
- XV - gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;
- XVI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, pelo prazo de 120 dias;
- XVII - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, e direito a indenização, nos termos da lei;
- XVIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XIX - adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas: insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XX - aposentadoria;
- XXI - assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas de zero a seis anos de idade completos;
- XXII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

José Maria Eymael (PDC-SP), aprovada por 63 votos a 21, foi interpretada por alguns constituintes como uma brecha para a dispensa dos trabalhadores, já protegidos pela estabilidade no emprego. "É um avanço, mas encarece o custo da produção", disse o presidente da CNI.

Mesmo satisfeita com a aprovação, por 65 a treze votos, da licença de 120 dias para as gestantes, a "esquerda" tentou aprovar, sem sucesso, uma licença de 180 dias. Ao receber o apoio da relatoria da Comissão de Sistematização, a primeira proposta — da deputada Irma Passoni (PT-SP) — foi aprovada por ser considerada "moderada". Mas a "esquerda" foi derrotada ao tentar aprovar a remuneração dobrada para as férias anuais dos trabalhadores, do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), rejeitada por 49 votos a 28.



Egidio, Sant'Anna e Prisco (esq. para dir.) participaram da sessão da comissão

Os sindicalistas obtiveram ontem três vitórias na Comissão de Sistematização, com a aprovação de emendas determinando o pagamento em dobro do serviço extraordinário aos trabalhadores, a ampliação da licença remunerada à gestante de 92 para 120 dias e o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias. Até as 20h15, essas eram as únicas alterações no texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A emenda propondo o pagamento dobrado dos serviços extraordinários foi apresentada pelo deputado Ademir de Andrade (PA), do Movimento de Unidade Progressista (que congrega parlamentares da "esquerda" do PMDB), sendo aprovada por 53 votos a trinta. Os "moderados" do PMDB apoiaram os representantes de "esquerda" depois de serem informados que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concede esse percentual nos dissídios julgados.

Ausente da votação, uma das primeiras da tarde, o deputado José Serra (PMDB-SP) disse que a aprovação da emenda tende a reduzir as horas extras feitas pelos trabalhadores e o volume de produção, especialmente em empresas de pequeno e médio porte.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, também ausente da votação, disse que o "empresariado está preocupado" com as decisões da Comissão de Sistematização. Atualmente, o pagamento dos serviços extraordinários é calculado sobre as chamadas horas normais mais um percentual máximo de 25%. "Se houver negociação, vamos reverter essa decisão no plenário", disse Albano.

Albano Franco não considera "um problema grave para o empresariado" a aprovação do pagamento do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. A emenda do deputado

Hábitos "estudantis" marcam a Comissão

Do enviado especial

A começar pelos maus hábitos como a mais constante falta de pontualidade para iniciar suas sessões, a Comissão de Sistematização tem um bom número de analogias com assembleias estudantis. Na sexta-feira da semana passada, por exemplo, em lugar das 9h em ponto, ela começou a trabalhar às 9h47, com um grupo de constituintes bocejantes que chegou aos poucos e demorou para atingir o quórum mínimo de 47 parlamentares.

O ritual que precede a abertura é sempre, invariavelmente, o mesmo: Bernardo Cabral (PMDB-AM) encosta num dos telefones à disposição da mesa e despacha discretamente seus problemas públicos e privados. No plenário, a sucessão de abraços e tapinhas nas costas é feita sem a mínima distinção ideológica ou partidária, com Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) sendo amistosamente abraçado por Gerônimo Peres (PDS-PA), da tropa de choque do bloco conservador, ou Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) pedindo a assessoria de Jarbas Passarinho (PDS-PA) sobre alguma questão regimental. A aparência é de um congregar amistosamente entre membros de um clube fechado com interesses mundanos comuns, e não de adversários articulados em blocos que se engalfinham oralmente na tribuna. E como a direita não ocupa as poltronas da direita — com a exceção de três ou quatro do PDS, com suas cadeiras oficiosamente cativas — e nem a esquerda as poltronas do lado oposto, o plenário se assemelha, antes da abertura da sessão, a um inodoro encontro da Unesco ou de outro organismo internacional.

Ainda antes de a campanha acio-



nada pela presidência anunciar o início dos trabalhos, há um invariável suspiro de alívio quando Passarinho, Brandão Monteiro (PDT-RJ) ou Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) é quem toma o assento da presidência. Eles são bem mais ágeis na driblagem das questões de ordem que Afonso Arinos (PFL-RJ) ou Aluizio Campos (PMDB-PB), distinguindo o que é pertinente do puro exibicionismo parlamentar. "Com televisão aqui dentro, isso daqui é um ninho de pavões que abrem o leque de suas caudas", constata irônico Ricardo Izar (PFL-SP).

Ocupar um assento nas fileiras da frente não significa ser mais importante. José Richa (PMDB-PR), peça-chave das articulações em favor do parlamentarismo, prefere invariavelmente um lugar bem atrás. O mesmo ocorre com Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), com inesperada liderança junto ao centro-direita, aliás discreta a ponto de não ter ocupado

mais de duas vezes a tribuna. E nem sempre a assiduidade maior é dos titulares ou suplentes. No PMDB, por exemplo, Antônio Brito (RS) não pertence sequer à Comissão e nem por isso deixa de estar entre os que chegam primeiro.

Deus na abertura

A sessão é aberta com a invariável evocação da "proteção de Deus", que ganhou na votação para permanecer no preâmbulo do texto constitucional, e quando não se trata de questões polêmicas, com posições previsíveis de gregos e troianos, o plenário — constante mistura de gente sentada e gente em pé no corredor central — passa pela invariável coreografia de líderes e vice-líderes, sendo procurados para a resposta ao tradicional "como é que a gente vota isso?" Nas chamadas nominais, a ditação e a tonalidade das duas vozes mobilizadas — José Fogaça (PMDB-RS) e Adolpho Oliveira (PL-RJ) — deixam

pouco a dever a um bom par de locutores. Fogaça é mais espirituoso. Se o constituinte chamado está distraído, ele constantemente usa a fórmula cheia de formalidade e anacronismo, do tipo: "Como vota o nobre deputado das Minas Gerais" ou "das terras alagoanas".

Desde que, há quinze dias, a Comissão de Sistematização deixou as dependências mais acanhadas do Senado para se acomodar no recinto mais amplo da Câmara, sobram poltronas vazias e as cinco fileiras de trás passaram a ser ocupadas por jornalistas, assessores de bancada — identificáveis por estarem quase submersos por pilhas de brochuras que mais parecem listas telefônicas, com capa verde e a íntegra dos pedidos de destaque —, e sobretudo discretos e eficientes lobistas. O da UDR circulou semana passada com seus cabelos preateados e terno azul-marinho. O da CNBB com barba semi-grisalha, definiu-se recentemente em tom de blague como "constituente ad hoc". O "lobby" das Forças Armadas e dos bancos nunca se mostra em plenário.

Com a Sistematização em sessões, o fato é que o plenário da Câmara deixou de ser o deserto monótono, denunciado pelas fotos que demonstram o absentismo no Congresso Nacional. O burburinho é constante, os discursos são com frequência inflamados — Cid Carvalho (PMDB-PB) quase chorou, quinta-feira, ao evocar sua condição de ex-cassado —, mas poucos atritos beiram as vias de fato, como na mesma quinta, quando Israel Pinheiro (PMDB-MG) e Roberto Freire (PCB-PE) quase se esbofetaram pela posse de um microfone. E o lado político estudantil dos trabalhos constituintes. (JBN)

Quércia troca secretários e abre vaga para PTB

JOÃO BATISTA NATALI
Da Reportagem Local

O governador Orestes Quércia promoveu ontem um rodízio de titulares em três secretarias de Estado, criou uma secretaria extraordinária e ainda deixou em aberto a pasta da Indústria e Comércio, reservada provavelmente para o PTB, que pretende trazer para o governo e com isso ampliar sua base de sustentação na Assembleia Legislativa.

A nova secretaria, designada como de Relações Sociais, cumprirá no município de São Paulo papel idêntico ao que a Secretaria do Interior possui nos demais — o de "ouvidor" dos problemas locais —, numa operação em que o próprio governador admitiu ter levado em conta o processo de sucessão do prefeito paulistano Jânio Quadros, em novembro do ano que vem.

Remanejamento

Pelo remanejamento, Osvaldo Ribeiro foi transferido para a nova pasta, sendo substituído na Secretaria de Assuntos Fundiários, que ocupava, por Lincoln Magalhães. Este, por sua vez, deixa a Secretaria do Trabalho, que foi entregue a João Bastos, até então secretário da Indústria e Comércio. Esta última passa a ser cumulativamente exercida, por enquanto, por José Tiacci Kirsten, presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp).

O ingresso do PTB no governo



O governador de São Paulo, Orestes Quercia, no Palácio dos Bandeirantes

ainda é objeto de negociações que Quercia confirmou estarem sendo efetuadas. Ele negou a existência de entendimentos idênticos com o PDS, que a Folha apurou, no entanto, estarem igualmente em curso, através de contatos dos quais participam os deputados estaduais Maurício Na-

jar e Silvio Martini, este último presidente regional do partido.

O PTB fora contatado por Quercia há exatos oito meses, durante as articulações para a formação do atual secretariado. Na época, Jânio Quadros, ainda naquele partido, teve

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Remuneração em dobro nas horas extras

PMDB
Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Artur da Távola (RJ), Carlos Mosconi (MG), Cristina Tavares (PE), Egídio Ferreira Lima (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), Antonio Brito (), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Paulo Bisol (RS), José Ulisses de Oliveira (MG), Mário Lima (BA), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelson Friedrich (PR), Nilson Gibson (PE), Oswaldo Lima Filho (PE), Paulo Ramos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Sigmaringa Seixas (DF), Theodoro Mendes (SP), Virgíldio de Senna (BA). **Suplentes:** Antonio Mariz (PB), Euclides Scalco (PR), José Carlos Grecco (SP), José Costa (MA), José Tavares (PR), Miro Teixeira (RJ), Nelson Wedekin (SC), Octávio Elísio (MG), Uldurico Pinto (BA), Vicente Bogo (RS), Wilson Souza (SC)

PFL
Mário Assad (MG). **Suplentes:** Jonas Pinheiro (MT), Simão Sessim (RJ)

PDS
Gerson Peres (PA)

PDT
Brandão Monteiro (RJ), Lysnéas Maciel (RJ). **Suplente:** Luiz Salomão (RJ)

PT
Luis Inácio Lula da Silva (SP). **Suplente:** José Genoino (SP)

PTB
Francisco Rossi (SP), Gastone Righi (SP), Joaquim Beviláqua (SP)

PSB
Jamil Haddad (RJ)

PCB
Roberto Freire (PE)

PC do B
Haroldo Lima (BA)

PL
Adolpho de Oliveira (RJ)

SIM

NÃO

PMDB
Bernardo Cabral (AM), Carlos Sant'Anna (BA), João Calmon (ES), Raimundo Bezerra (CE). **Suplentes:** Délio Braz (GO), Israel Pinheiro (SP), Marcos Lima (BA)

PFL
Afonso Arinos (RJ), Aloysio Chaves (PA), Antonio Carlos M. Thame (SP), Arnaldo Prieto (RS), Carlos Chiarelli (RS), Cristóvam Chiaradia (MG), Edme Tavares (PB), Eraldo Tinoco (BA), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Santana (MG), José Thomaz Nonô (AL), Luiz Eduardo Magalhães (BA), José Lourenço (BA), Paulo Pimentel (PR). **Suplentes:** Enoc Viera (MA), Ricardo Izar (SP)

PDS
Antônio Carlos Konder Reis (SC), Darcy Pozza (RS), José Luiz Maia (PI). **Suplentes:** Adylson Matta (RS)

PDC
Siqueira Campos (GO)

AUSENTES:

PMDB: Alfredo Campos (MG), Almir Gabriel (BA), Aluizio Campos (PB), Celso Dourado (BA), Cid Carvalho (MA), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Gasparian (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Fernando Lyra (PE), José Freire (GO), José Geraldo Ribeiro (MG), José Ignácio Ferreira (ES), José Richa (PR), José Serra (SP), Manoel Moreira (SP), Milton Reis (MG), Prisco Viana (BA), Severo Gomes (SP), Wilson Martins (MS)

PFL
Alceni Guerra (PR), Francisco Benjamin (BA), Francisco Dornelles (RJ), José Lins (CE), Marcondes Gadelha (PB), Osvaldo Coelho (PE), Ricardo Fiuzza (PE), Sandra Cavalcanti (RJ)

PDS
Jarbas Passarinho (PA), Virgílio Távora (CE)

PDT
José Maurício (RJ)

PT
Plínio de Arruda Sampaio (SP)

PMB
Antônio Farias (PE)

As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapassem 47 votos (maioria absoluta dos membros).

PTB decide não pedir o impedimento de Miranda

Do correspondente em Campo Grande

A direção executiva do PTB de Mato Grosso do Sul decidiu ontem, em reunião de três horas, não entrar com o pedido de impedimento contra o governador Marcelo Miranda (PMDB), mas sim compor uma comissão para levar, em mãos, ao presidente José Sarney, uma cópia do dossiê que comprova atos de corrupção no governo do Estado. A informação foi prestada ontem pelo presidente do diretório regional do partido, João Francisco Volpe, 40, afirmando ainda que "o pedido de impedimento seria uma atitude sofrida, mas não abandonaremos a ideia".

Além do presidente Sarney, receberão o documento entregue à promotoria pública no último dia 7, o Procurador Geral da República, os ministros da Justiça, Exército, Fazenda, líderes dos partidos no Congresso Nacional, na esfera federal, e internamente será entregue ao Tribunal de Contas do Estado, delegado regional da Receita Federal e entidades de classe.

Desta forma, explica Volpe, serão "somadas forças em diversas áreas" que nos ajudarão a sanear a imoralidade administrativa no Estado.

Sem-terra invadem cinco áreas do Estado do Rio Grande do Sul

Da Sucursal de Porto Alegre

Cinco áreas pertencentes ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 2.187 hectares, dentre as quais quatro estações de experimentos agropecuários, foram invadidas na madrugada de ontem por 106 famílias de colonos sem terra originários do acampamento da fazenda Annoni, em Sarandi (326 km ao norte de Porto Alegre). Os colonos disseram que as invasões foram em protesto contra as promessas de assentamento "não cumpridas" pelo

Alegando falta de tempo para uma análise jurídica mais profunda do dossiê, Volpe afirma que o departamento jurídico do PTB continua estudando a "melhor maneira" de ser conduzida a atuação política do partido. "O partido entende que trata-se de caso de impedimento, mas temos que fazer esse procedimento de forma estratégica, pois temos apenas seis deputados enquanto o governador conta com dezessete".

Em ofício anexo ao dossiê, o PTB encaminha ao presidente Sarney e demais autoridades a mensagem de que "o povo do Estado está desacreditado que será feita justiça, tão disseminada está a certeza de impunidade dos poderosos". O documento deverá ser entregue ao presidente na próxima segunda-feira.

O presidente da Assembleia Legislativa, Jonatan Barbosa (PMDB), continua não recebendo a imprensa para falar do assunto. Procurado pela Folha às 11 e 15 horas de ontem, não foi encontrado. O Procurador-geral de Justiça do Estado, Wagner Crepaldi, 44, que recebeu o dossiê na semana passada para decidir se determinará a abertura de inquérito, marcou entrevista às 16 h de ontem, mas não compareceu até às 17 h em seu gabinete.

governo do Estado. As áreas invadidas são: Rondinha, Nova Prata, Tupanciretan, Julio de Castilhos e Canoas.

Segundo os sem-terra, o governo prometeu, em julho, a liberação imediata de 9.100 hectares, dos quais até agora foram destinados para assentamentos apenas 750. O governador Pedro Simon, 57, disse ontem que, com as invasões, os colonos "estão fazendo o jogo que a UDR (União Democrática Ruralista) quer para que a reforma agrária não saia".